

XIII MANDATO

ATA N.º 5/2021

Reunião ordinária pública de 27 de dezembro de 2021

Ao vigésimo sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta, no edifício do GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS), **Bárbara Seco de Barros** (CDU) e **Ricardo Miguel Antunes Cunha Rodrigues Sousa** (PS), em substituição do Sr. Vereador **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), na sequência de comunicação dirigida pelo próprio ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, no passado dia 23 de dezembro, nos termos do artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada. Faltou o Sr. Vereador **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), cuja falta foi justificada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença da maioria, foi declarada aberta a reunião. -----

Para conhecimento foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

ORDEM DO DIA

-----DELIBERAÇÕES-----

- 1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 4/2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a



leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um:
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM: Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio e Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Hugo Alexandre Polido Pires, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo e Bárbara Seco de Barros. -----

2. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA FONTE DO CAMPO DAS HORTAS COMO BEM CULTURAL DE INTERESSE MUNICIPAL, SITUADA NO CAMPO DAS HORTAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE - Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal, uma vez que estão reunidas as condições para nos termos do disposto no nº. 3, do artº. 29º, da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro, proferir a decisão final relativa à classificação como Monumento de Interesse Municipal, da Fonte do Campo das Hortas, localizada no Campo das Hortas, da União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade). Tem informação circunstanciada da DMUOP / DU / DIVISÃO DO CENTRO HISTÓRICO, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador Adolfo Macedo, fazendo referência ao Fontanário da Rua Andrade Corvo (que é um fontanário setecentista), alertou para a importância de cuidar do património municipal, e concretamente, desse Fontanário. Em resposta, o **Presidente da Câmara** informou que está já elaborado um projeto de intervenção de salvaguarda de toda essa zona envolvente, e que está em apreciação na DRCN. -----

3. REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DR. FRANCISCO SANCHES - Presente a seguinte proposta: «Propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal de todas as propostas constantes do Relatório Final de Análise da Propostas, a adjudicação da empreitada e a aprovação da minuta do contrato que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO SOUSA E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

4. CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS ENTRE O SEMINÁRIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E O MUNICÍPIO DE BRAGA PARA A INSTALAÇÃO DO PROJETO HUMAN POWER HUB NO EDIFÍCIO LOCALIZADO NA RUA DE S. DOMINGOS, Nº. 94-B –



BRAGA- Presente a seguinte proposta: «Da Direção Municipal de Gestão-Divisão do Património submetendo à aprovação da Câmara Municipal o CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS entre o **Seminário De Nossa Senhora da Conceição** e o **Município de Braga** para a instalação do Projeto *Human Power Hub*, no edifício localizado na Rua de S. Domingos, nº. 94-B, desta cidade de Braga, pelo prazo de 4 (quatro) anos, mediante o pagamento duma renda mensal (que compreende todos os serviços enumerados na cláusula 1.^a) **no valor de 3.000,00 € (três mil euros)**, conforme MINUTA anexa, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.» A **Vereadora Sílvia Sousa** questionou qual o *“enquadramento que a Human Power Hub vai ter no futuro, nomeadamente nestes próximos 4 anos, em que vigorará este contrato de arrendamento para a sua instalação?”*, tendo o **Presidente da Câmara** esclarecido que o *“Human Power Hub ficou na Fundação Bracara Augusta por uma questão de oportunidade de acesso a financiamentos de candidaturas; no entanto, esse facto poderia desvirtuar o âmbito de atuação da própria Fundação e, nesse sentido, além da questão física das instalações que aqui está acautelada, também o próprio projeto irá migrar para uma das empresas municipais, neste caso, a Bragahabit.”* Já a **Vereadora Bárbara Barros**, teceu um comentário sob o ponto de vista da gestão dos recursos e das opções do executivo relativamente à instalação deste serviço, entendendo que há um ónus para o Município, que terá de custear qualquer intervenção que seja feita nas instalações que lhe são arrendadas. Ademais, entende a Vereadora que fazem falta equipamentos municipais para instalação destes serviços. Uma vez que, com este contrato há mais uma renda a pagar, na sua perspetiva, teria feito mais sentido investir no Edifício do Castelo, onde se acomodariam outros serviços, justificando assim o seu voto contra à proposta apresentada, porquanto não concorda com o perpetuar de pagamento de rendas a privados.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E RICARDO SOUSA. VOTOU CONTRA A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

5. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO –

Presente a seguinte proposta: «Da Direção Municipal-Divisão do Património submetendo a aprovação da Câmara Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela, situada junto à Rua Caixas de Água, freguesia de Gualtar, em que é requerente



o **Centro Social do Vale Homem** para sua posterior cedência, através dum contrato de comodato, por um período de 25 anos, para a construção duma creche, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1, do artigo 33º conjugado com o nº 1, alínea q), do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 13 de setembro na sua redação atualizada. Presente informação da Divisão do Património é referido, em súmula, que: A pretensão obteve parecer favorável da Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Junta de Freguesia de Gualtar e que está instruída com os mencionados Pareceres favoráveis do CLAS de Braga e do Instituto da Segurança Social, Centro Distrital de Braga, bem como dos pareceres também favoráveis do Conselho de Administração e da Comissão de Trabalhadores do Hospital de Braga, E.P.E., e da Universidade do Minho. A Divisão de Gestão Urbanística emitiu a competente informação, referindo: "trata-se de parcelas de terreno cedidas ao domínio público para equipamento no âmbito dos loteamentos titulados pelos alvarás n.ºs 37/97 e 28/2000, ambos com receção definitiva das obras de urbanização relativas ao loteamento original. Uma vez que as parcelas de terreno em questão foram integradas no domínio público para equipamento no âmbito dos alvarás, a construção de um edifício de equipamento não altera o fim para que foram cedidas. A construção está sujeita, como qualquer outra, ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis." Por outro lado, a Divisão de Coesão Social e Solidariedade prestou também informação onde faz a súmula dos pareceres favoráveis das várias entidades consultadas. Assim, atendendo ao regime jurídico vertido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, que estabelece, nomeadamente, as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, deve sublinhar-se que a desafetação do domínio público e a sua consequente incorporação no domínio privado do Município, quando for expressa, tem de ser devidamente fundamentada em motivos de interesse público. Se a parcela for desafetada do domínio público municipal integrará o domínio privado, deixando deste modo de ser inalienável e imprescritível, características estas dos bens do domínio público, como resulta do citado Decreto-Lei nº 280/2007. Este procedimento obedece a determinadas regras jurídicas e a princípios gerais de direito, como o princípio da legalidade e da prossecução do interesse público previstos no Código do Procedimento Administrativo e que regem toda a atuação da Administração Pública. Entre essas regras há que considerar o disposto no art.º 25º, nº 1, alínea q), da cit. Lei nº 75/2013 ao preceituar que é da competência da assembleia municipal, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização, deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, e ao estatuído no art.º 33º, al. ccc) da mesma Lei, conferindo à Câmara Municipal competência material para apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta. O Programa de Recuperação e Resiliência, no âmbito da componente 03 –



Respostas Sociais, no seu investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, medida C03-i01-m01 – Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, abriu um período para apresentação de candidaturas com início a 07 de dezembro de 2021 e encerramento a 22 de fevereiro de 2022, razão pela qual se torna urgente a submissão desta proposta à aprovação da Assembleia Municipal, tudo conforme informações técnicas e plantas anexas.» A **Vereadora Bárbara Barros** referiu que o Município tem tentado criar soluções, *“uma vez que a resposta pública ainda não é a desejável, e a rede pública de creches ainda não está em vigor.”* Ora, uma dessas soluções passaria por este projeto-piloto, instalado na freguesia de Gualtar, afirmando a Vereadora estar plenamente de acordo com as necessidades do território, e daquela freguesia em particular, da proximidade com o Hospital, da Universidade do Minho, e com o facto de ser uma freguesia muito populosa, o que justifica um serviço deste tipo. No entanto, desafetar, uma vez mais, uma parcela de domínio público, que podia servir também esta densidade populacional de outras formas, não é a solução ideal preconizada pela Vereadora. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E RICARDO SOUSA. VOTOU CONTRA A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS** -----

6. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS-PROGRAMA – Presente a seguinte proposta: «Da Vereadora Sameiro Araújo, com as áreas de responsabilidade do Desporto, Juventude, Associativismo, e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das minutas dos contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da parte F – título II do Código Regulamentar do Município de Braga, com as seguintes entidades: Associação de Andebol de Braga, no valor de 1.601,50€; Associação Dança Desportiva Baixo Minho, no valor de 2.575,00 €.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

7. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS- Presente a seguinte proposta: «Submetem-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do art.º 33.º e da alínea j) do n.º 1 do art.º 15º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. a) À **União de Freguesia de Nogueiró e Tenões**, no montante de **15.276,60€**, com IVA incluído, destinado **“Projeto para a Requalificação da Piscina de Nogueiró”**; b) À **União de Freguesia de Nogueiró e**



Tenões, no montante de **18.942,00€**, com IVA incluído, destinado “**Projeto para a Requalificação da área Desportiva e Lúdica de Nogueiró**”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

8. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS-

Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25.º, alínea k) e do artº. 33º, n.º 1 alínea m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: I) **ADITAMENTOS AOS CONTRATOS:** a) **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada “**Alargamento e Repavimentação da Rua das Alminhas – Penso Stº. Estevão**”, no montante de **3.321,00€** (cujo contrato interadministrativos foi outorgado a 5 de julho de 2021); b) **União de Freguesias de Arentim e Cunha**, para a execução da obra denominada “**Requalificação da Calçada do Fiteiro – Arentim – Trabalhos Complementares**”, no montante de **2.046,12€** (cujo contrato interadministrativos foi outorgado a 16 de julho de 2021); c) **União das Freguesias de Morreira e Trandeiras**, para a execução da obra denominada “**Projeto – Arranjo Urbanístico da Poça da Bâcora – Trandeiras**”, no montante de **5.116,80€**; II) **CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS:** a) **Freguesia de Esporões**, para a execução “**Projeto – Balneários Polidesportivos**”, no montante de **11.051,55 €**; b) **União das Freguesias Merelim S. Pedro e Frossos**, para a execução da obra “**Alargamento de entrada da Rua de Trás as Bouças**”, no montante de **44.774,93 €.**» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

9. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----OUTROS ASSUNTOS:-----

Pelo **Vereador Adolfo Macedo**, foram abordados e questionados os seguintes assuntos:-----

- **Cinema S. Geraldo:** -----

- “É público que existe um contrato, que implica o pagamento de 12.500€/mensais, o que significa que até à data foram pagos mais de 600 mil €, e a verdade é que, passados estes 4 anos,



continuamos sem saber se há algum projeto para aquele edifício, e se não houver, o que se vai fazer àquele edifício”, -----

- Foi anunciado que aquele edifício tinha sido arrendado para servir de *Media Arts Centre* e sendo o S. Gerado um cinema, qualquer intervenção para adaptá-lo a artes de palco (teatro, música...) seriam obras de pouca envergadura, e que não alterariam a estrutura do edifício. Já para adaptar o espaço a um *Media Arts Centre* tal implicaria a alteração estrutural do edifício. Questiona o Vereador se a Câmara Municipal tem a garantia do senhorio que esta modificação é autorizada, considerando que sofrerá, por exemplo, uma alteração no IMI? -----
- A 3.ª questão que coloca tem que ver com a duração do contrato; o contrato é válido para 10 anos, terminando em 2027. Havendo esta intervenção para o Centro de Média Artes – que é uma intervenção profunda – de consideráveis gastos, e partindo do princípio que há essa garantia do senhorio de que a intervenção será autorizada, ao final desses 10 anos, o senhorio pode por cobro ao contrato, sem qualquer obrigação de indemnização dos investimentos efetuados pela Câmara Municipal. A questão que o Vereador coloca é se há alguma garantia da Câmara Municipal em que o contrato possa vir a ser renovado? -----
- Julga saber o Vereador que no contrato consta uma cláusula que refere que, não obstante o que venha a ser instalado no S. Geraldo, a programação não pode ir contra os princípios e valores do catolicismo. Ora, presumindo que obras primas da cultura mundial nunca poderão passar ali no cinema - assim como não poderão ali ser feitas algumas exposições – face à programação contemporânea, em que os valores do catolicismo são muito mais facilmente afrontados, como será gerida esta censura? Terá de solicitar-se previamente a autorização do senhorio ou do executivo municipal? -----

- Chumbo do Tribunal de Contas ao Acordo-Quadro do Município com uma empresa Bracarense: muitas das críticas do (atual) executivo aos executivos anteriores (socialistas) basearam-se em má gestão, ou más tomadas de decisão relativamente a obras que provocaram gastos excessivos na execução dessas obras. O que se prova com este exemplo – e outras obras, como é o caso do Mercado Municipal – é que este Executivo cai nos mesmos problemas que caíram os anteriores. Ora, ainda em relação ao acordo-quadro, que foi agora declarado nulo, a verdade é que já tinham sido gastos 1 milhão de euros, com obras já executadas. Caso vá avante este entendimento do Tribunal de Contas, como é que o Executivo vai justificar estes gastos, baseados num contrato ilegal, e como é que pensa repor a legalidade dessa situação? -----

Face às questões colocadas, esclareceu o **Presidente da Câmara**: -----

- Acordo-Quadro: Todos queremos salvaguardar a legalidade e ter a concordância das instâncias inspetivas; o que está em causa é uma questão de tramitação formal em relação ao processo de celebração do contrato. O Tribunal de Contas entende que, em função dos valores que poderiam potencialmente estar envolvidos no acordo-quadro deveria ter sido lançado um concurso público internacional, ao passo que a Câmara Municipal entendeu que em função do valor de obras que pretendia concretizar, bastava lançar um concurso público nacional. A verdade é que dificilmente a empresa que venceria seria diferente da que efetivamente venceu, uma vez que seria impensável que uma empresa internacional viesse cá efetuar obras de 100/150 mil euros. A Câmara Municipal cumpriu, do ponto de vista legal, todos os passos, mesmo neste contexto: enviamos o acordo-quadro para o Tribunal de Contas, que entendeu que não se devia pronunciar nessa altura, e não enviamos cada um dos contratos porque o valor inerente a cada um dos contratos individuais não excedia, nem individualmente, nem por acumulação, o valor sujeito a visto do Tribunal de Contas. Apenas quando se ultrapassou esse valor (os 2 últimos contratos/ os mais recentes), é que se submeteu a visto, pelo que a dúvida colocar-se-á assim apenas quanto a estes dois contratos. A **Diretora Municipal da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais**, Eng.^a Alzira Torres, tomando a palavra que lhe foi concedida pelo Presidente, acrescentou ainda que "aquilo que foi aprovado, e o que consta do caderno de encargos, é que o concurso iria até ao limite daqueles valores. Os procedimentos foram lançados, foram submetidos ao Tribunal de Contas, que disse não estarem sujeitos a visto. A verdade é que as obras estão executadas, e, portanto, têm de ser pagas, como decorre da lei. O que sucederá é que não será lançado mais nenhum procedimento ao abrigo do acordo-quadro." -----

Ainda o **Presidente da Câmara**, relativamente à questão do S. Geraldo, referiu que o contrato quando foi celebrado assentou no pressuposto de que o edifício seria todo ele reabilitado (não seria apenas uma mera conservação do existente). Referiu que, neste momento, há um projeto de arquitetura que está concluído, que pressupõe a criação de novas valências, a criação de mais um piso no edifício para criar uma 'black box' e cuja elaboração das especialidades apenas está pendente da realização de um conjunto de sondagens da capacidade física do edifício comportar esse novo volume que está previsto. Quanto à outra questão, esclareceu que nos contratos de arrendamento celebrados, foram incluídas cláusulas de opção por parte da Câmara Municipal da aquisição do edifício, sendo que também foi assegurado que parte do valor das rendas que fosse sendo despendido ao longo dos anos, pudesse ser amortizado no valor de aquisição dos próprios edifícios. Disse ainda que o objetivo do Município é o de que, logo que existam condições financeiras para tal, adquirir os edifícios. -----

Quanto à última questão colocada, respondeu que a formatação da programação é feita pelos programadores, e será em diálogo entre eles e o proprietário do edifício, que terá de se respeitar essa mesma cláusula que, efetivamente, está incluída no contrato. Essa cláusula “foi imposta pela Arquidiocese, mas não haverá um controlo do evento”. “Haverá uma programação feita num espírito de colaboração, enquanto a Arquidiocese for a proprietária do espaço”, acrescentou. -----

ENCERRAMENTO: Às 10h45m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----

